



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639154 - SP (2021/0005168-6)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : PERCIVAL STEFANI BRACHINI DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : PERCIVAL STEFANI BRACHINI DE OLIVEIRA - SP329645  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EDER ANTONIO MOREIRA JUNIOR (PRESO)  
**CORRÉU** : ALEX JUNIOR TORQUATO SOUZA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDER ANTONIO MOREIRA JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500883-78.2019.8.26.0559).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado e de 13 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do CP.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea a justificar a fixação do regime inicial fechado, porquanto a quantidade de pena aplicada ao paciente, sua primariedade e o fato de as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal lhe haverem sido consideradas favoráveis permitem a mitigação do modo prisional.

Aduz que o sistema prisional mais severo teria sido estabelecido com base na gravidade abstrata do delito e sem observância aos enunciados das Súmulas 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e Súmula 440 do Superior Tribunal de Justiça.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja fixado o regime inicial semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente